

Cultura Visual: uma área curricular não disciplinar de oferta própria para o ensino regular bilingue para surdos

Centro de Desenvolvimento e Educação Jacob Rodrigues Pereira – Portugal
Luísa Dauphinet de Barros¹ e Pedro Ladeira Barros²

Introdução

O presente artigo pretende apresentar a experiência dos autores na implementação da área curricular de Cultura Visual no plano de estudos dos alunos do ensino regular bilingue do Centro de Educação e Desenvolvimento Jacob Rodrigues Pereira (CED JRP). Esta experiência é contextualizada por contributos teóricos na área da cultura visual, da educação de surdos e do desenvolvimento curricular.

Enquadramento

A criação de uma área específica para a análise dos discursos visuais, integrando o texto e a imagem, partiu da assunção de que a ênfase oralista em normativizar os alunos surdos através da fala havia deslocado para segundo plano a relevância que a visão assume na sua vivência e personalidade. Paralelamente, outras potencialidades, características psicológicas e estratégias que os surdos elaboram para se integrarem socialmente, foram igualmente negligenciadas como instrumentos úteis à sua aprendizagem escolar (PALMINHA et al., 2006).

1 Luísa Cristina Dauphinet de Barros — Docente do Ensino Artístico (Artes Visuais) e de Educação Especial — Ensino de Surdos; Licenciada em Pintura e Mestre em Desenho com a tese “O Desenho de Observação e a Literacia Visual”. E-mail: lidauphinet@gmail.com

2 Pedro Ladeira Barros — Especialização em Língua Gestual Portuguesa e Ensino de Surdos pela Universidade Católica Portuguesa; doutorando na mesma instituição, com tese sobre ensino de Português como Segunda Língua a alunos surdos; professor do CED Jacob Rodrigues Pereira com formação em LGP na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e na Associação Portuguesa de Surdos. E-mail: plbarros@gmail.com.

A escola tem desenvolvido uma postura tradicionalmente verbal, com a palavra escrita como meio privilegiado de passagem de conhecimentos. Existem, porém, muitas outras formas humanas de apreensão e expressão da realidade. Estas, no mundo de hoje, passam em grande medida pela exploração do campo visual da realidade. No contexto educativo, a necessidade de lidar com os diferentes suportes visuais tem vindo a concretizar-se através da exploração das áreas de conhecimentos abrangidas pela Cultura Visual.

A Cultura Visual como disciplina, inserida em vários departamentos universitários, abrange os eventos visuais em que a informação, o significado ou o prazer estético são procurados pelo consumidor através de tecnologia visual (MIRZOEFF, 1999). Neste domínio, são tidas em conta tanto as artes analógicas como as digitais, incluindo o cinema e a publicidade, passando pela interactividade que estas formas de expressão estabelecem entre si. A principal preocupação desta área do conhecimento é a formação do sujeito visual, ou seja, do indivíduo que se submete ao discurso visual (KRESS & VAN LEEUWEN, 1996).

Sendo inalienável da cultura surda todo o aspeto imagético da mesma, seja pelo modo visual da sua língua, seja pelas vias expressivas dominantes, assumiu-se como necessário organizar esse mesmo meio visual no domínio escolar. O conhecimento desse meio passava pela análise das suas estruturas de base, de modo a que as diferentes experiências visuais assumissem não só uma identificação cultural tangível como possibilitassem a emergência de novos valores, novas formas e novas comunicações.

À época da implementação da área de Cultura Visual, a oferta curricular no campo visuoplástico não contemplava o estudo da sociedade visual dominante no quotidiano³, sobretudo os seus códigos atuais e passados, bem como a identidade e a história visual das culturas, onde se integra de igual direito a cultura surda.

Na atual conjuntura educativa, seguindo os passos percursores da Casa Pia de Lisboa e do CED JRP, o estado português contempla a educação bilingue como direito da criança e jovem surdo, estabelecendo a língua gestual portuguesa (LGP) como primeira língua e o português escrito como segunda língua de instrução. Nesta conjuntura, o Decreto-Lei nº 3/2008, de 7 janeiro, que estipula as directrizes a seguir na educação de surdos, veio permitir algumas alterações anteriormente estipuladas (Decreto-Lei nº 209/2002), as quais estabelecem o plano curricular do terceiro ciclo do ensino básico.

³ A única disciplina do ensino obrigatório que abordava a temática visuoplástica encontrava-se, então como hoje, reduzida a um tempo semanal letivo de noventa minutos.

Neste contexto foi possível propor a introdução de uma área curricular não disciplinar de Cultura Visual, no CED JRP, no ano letivo de 2008/2009.

Apesar do interesse abrangente da área de Cultura Visual, foi necessário focar a proposta no terceiro ciclo do ensino básico bilingue. Tal opção prendeu-se com duas razões essenciais: em primeiro lugar, os autores da proposta eram professores deste ciclo; e, em segundo lugar, à data este ciclo representava para a maioria dos alunos surdos a última etapa de escolaridade⁴.

Na construção curricular desta nova área disciplinar, consideraram-se um conjunto de princípios que a seguir se apresentam:

- Imagem acarreta significados que deverão ser explorados, individualmente e em grupo, no sentido de formar o sujeito visual.
- A visão é a forma perceptiva privilegiada do aluno surdo.
- Atendendo às características da actual sociedade de consumo, em que a imagem constitui um dos principais factores de comunicação e de cultura estético-visual, a aprendizagem de saberes e práticas que levam à sua descodificação constitui um factor de desenvolvimento pessoal e social da maior importância para o aluno surdo.
- A língua portuguesa escrita pode ser abordada de um modo mais apelativo e com maior significado para o aluno surdo se inserida em produtos multimodais, como filmes, animações ou fotonovelas, os quais implicam tarefas como a elaboração de guiões ou a ilustração de textos, entre outras.
- A Cultura Surda é eminentemente visual, sendo a exploração desta dimensão essencial para que os alunos surdos construam a sua identidade de forma saudável e alicerçada nos produtos do passado e do presente⁵.

Uma vez entendido o campo plástico visual como área privilegiada da manifestação cultural surda, é ainda necessário ter em conta que a grande maioria das outras expressões surdas é também de índole visual. A poesia e o teatro surdo assentam não em suportes escritos mas no gesto, simultaneamente língua e local de recriação de sentimentos. Estas representações da Cultura Surda são mais uma vez indissociáveis do suporte audiovisual, que permite gravar o que a escrita não pode abarcar, embora pela escrita possa ser pensado e organizado.

⁴ Atualmente, a escolaridade obrigatória prolonga-se até aos 18 anos, ou 12º ano.

⁵ No campo visuoplástico tem vindo a estruturar-se um entendimento de cultura e identidade surda muito concreto, fruto das experiências sociais da surdez. Esta estrutura visa também intervir criticamente sobre a sociedade, inscrevendo-se no campo da intervenção social mas também no da expressão pessoal, através, por exemplo, da constituição de diferentes grupos de arte surda.

Implementação da área curricular não disciplinar de Cultura Visual

No seguimento do atrás exposto, foi proposta a introdução da área de Cultura Visual, a ser frequentada num bloco semanal de noventa minutos, ao longo dos três anos do terceiro ciclo do ensino básico regular bilingue. Para a sua implementação, foram definidos os seguintes objetivos gerais:

- Ir ao encontro e tirar partido pedagógico da visão, considerada como modalidade perceptiva privilegiada do aluno surdo.
- Incrementar o conhecimento da literacia visual, proporcionando as ferramentas para o desenvolvimento de significados a partir de formas mais simples da imagem, como uma fotografia de jornal, e de formas mais complexas, no caso de objectos artísticos.
- Fomentar a correlação entre as narrativas escritas e visuais, nomeadamente ao nível da produção, análise e leitura de materiais multimodais didáticos.
- Ir ao encontro da utilização combinada de informação visual e verbal, no sentido de procurar uma melhor aprendizagem e retenção de conceitos, ao invés da utilização individual de cada um dos meios.
- Fomentar a interdisciplinaridade, nomeadamente a correlação visual entre diferentes áreas do conhecimento e expressão humanas, tais como a ciência, a literatura ou a história, entre outras.

Para a adequada concretização destes objetivos, foi proposto que a área de Cultura Visual se organizasse a partir de um programa próprio, planificado pelo Conselho de Turma, de acordo com as necessidades sentidas pelo grupo constituído por docentes e alunos. Já a lecionação das aulas deveria ser concretizada por um docente de artes visuais e um docente de línguas em parceria pedagógica. Foi igualmente proposto que a avaliação dos alunos fosse de carácter qualitativo, sendo a frequência obrigatória para surdos e facultativa para ouvintes. No entanto, foi ainda proposto que a mancha horária fosse colocada nos últimos tempos da tarde e não coincidente com outras disciplinas obrigatórias para os alunos ouvintes, de forma a permitir que estes frequentassem igualmente as aulas de Cultura Visual.

Apesar desta última proposta, as condicionantes em termos de matrículas levaram a que a primeira turma de Cultura Visual integrasse exclusivamente nove alunos surdos. A turma foi constituída no sétimo ano de escolaridade, ao qual corresponde o primeiro ano do terceiro ciclo do ensino básico, e contava com uma média etária de quinze anos de idade.

Os elementos da turma eram, na sua globalidade, assíduos e interessados, empenhando-se nas tarefas propostas. Alguns elementos demonstravam já

capacidades de autonomia muito satisfatórias, sugerindo processos, opinando criticamente e desenvolvendo de modo espontâneo trabalhos fora do contexto da sala de aula.

Os conteúdos abordados passaram pelo conhecimento da visão e, sobretudo, pela utilização da imagem nos diferentes campos da comunicação, cultura, expressão e educação. Dadas as características do grupo, a ênfase foi colocada nas dinâmicas visuais associadas à Cultura Surda, tanto nacional como internacional. Por outro lado, procurou fomentar-se de forma sistemática a relação entre narrativas escritas e visuais, estimulando o recurso à língua escrita. O desenvolvimento das unidades a trabalhar centrou-se numa perspectiva transversal e de projecto, com carácter de reflexão e exposição física dos resultados, nomeadamente proporcionando a sua disseminação perante a comunidade.

No contexto da sala de aula, a LGP assumiu-se sempre como primeiro meio de comunicação, quer por parte dos docentes, quer por parte dos alunos. No entanto, a língua portuguesa escrita e a imagem, em vários suportes analógicos e digitais, tomaram o seu lugar privilegiado em matéria de transmissão de significados. A abordagem pedagógica favoreceu os agrupamentos duais, grupo e grupo/turma no âmbito da prática de projecto com aplicação de diferenciação pedagógica. A avaliação dos processos e dos produtos teve por suporte portefólios constituídos pela descrição e materialização dos temas abordados, grelhas de observação preenchidas pelos professores e grelhas de auto-avaliação preenchidas pelos alunos.

Dado o tempo reduzido de contacto em sala de aula, com noventa minutos semanais, e o interesse revelado pelos alunos, foi necessário recorrer a estratégias de acompanhamento no exterior da sala de aula, de forma a corresponder às expectativas da turma quanto à visibilidade do resultado dos seus trabalhos. Foram utilizados os meios informáticos como forma de comunicação, bem como espaços fora da sala de aula, tais como o ginásio, a mediateca ou os pátios. Foi igualmente utilizada a estratégia de, em contactos informais ao longo da semana, interpelar os alunos quanto às suas expectativas, desenvolvimento de projetos pessoais no âmbito da área de Cultura Visual e eventuais colaborações em trabalhos de outras disciplinas.

Todas as actividades foram previamente planificadas, dando no entanto espaço aos alunos, individualmente, em grupo ou como turma, para exercer opções de escolha baseadas na sua personalidade, gosto e identidade. Foi igualmente tida em conta a idade média dos alunos e a necessidade de prática ao nível da língua portuguesa escrita. Note-se, no entanto, que a turma apresentava-se muito heterogénea no campo da expressão escrita,

registrando os alunos diferentes níveis de proficiência⁶. Na prática, a turma integrava alunos com bom domínio da língua portuguesa escrita e outros com dificuldades evidentes.

Produtos

Das tarefas desenvolvidas ao longo do ano letivo, destacam-se os seguintes produtos, associados a estratégias de organização, produção e expressão:

- Portefólio: destinou-se à inclusão de processos, arquivo de trabalhos, textos, documentos mas, também, imagens e textos pessoais do agrado do aluno. Note-se que, na elaboração das capas, o objetivo essencial passou pela expressão da identidade do aluno, através da escolha de imagens, palavras e textos que a expressassem.

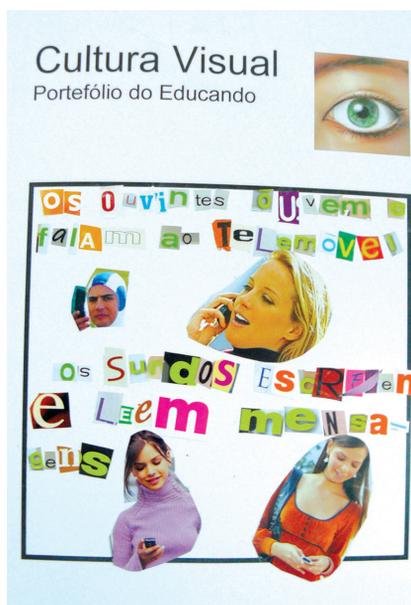


Figura 1 – portefólio de um aluno

- Maquetização de funções do cérebro e da visão: Numa primeira abordagem foi dada prioridade à compreensão da fisiologia da visão e do funcionamento do cérebro, materializadas sob a forma de maquetas e expostas no exterior da sala.

⁶Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas (Conselho de Europa, 2001).

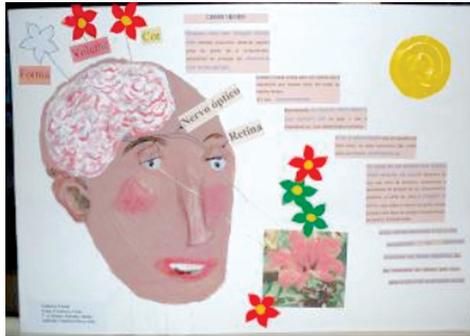


Figura 2 – maquete acerca do funcionamento da visão

- *O Grito da Gaivota*: a partir da análise da obra *O Grito da Gaivota*, de Emanuelle Laborit, os alunos procederam à ilustração de segmentos textuais que escolheram como mais significativos. O objetivo desta tarefa remetia para a conceptualidade da imagem e multimodalidade do produto (escrita/imagem) e não para a formulação estética. Neste sentido, foi proposta a utilização de recortes e meios de cópia de forma a ultrapassar constrangimentos associados a eventuais dificuldades no desenho, não se abdicando no entanto dos valores associados à correta composição e distribuição de elementos na folha.



Figura 3 – ilustração de *O Grito da Gaivota*

- Aula com um artista *storyboarder*: destinou-se a apresentar uma profissão que se baseia na relação entre palavra e imagem, suscitando um exercício de escrita. Nele, os alunos expressavam por escrito cenas e personagens,

enquanto o artista as representava de imediato no quadro. O *storyboarder* desenhava e desafiava os alunos a descrever por escrito o que viam. Esta tarefa correlacionou e deu importância às relações entre imagem e escrita.



Figura 4 – aula com um artista *storyboarder*

- Fotonovelas: Tidas como uma associação sólida entre a imagem e a palavra, o desenvolvimento deste produto assumiu-se como muito relevante para os alunos, tendo permitido a expressão de sentimentos, projecção no futuro e, até, a reflexão filosófica.



Figura 5 – exemplo de páginas de fotonovela produzida pelos alunos

Considerações finais

Com o objectivo de recolher o máximo de informações sobre a implementação da Cultura Visual, nomeadamente aferir e avaliar o seu percurso, foram desenvolvidos uma ficha de observação de aulas e um inquérito de satisfação,

tendo sido pedido a todos os docentes do CED, surdos e ouvintes, com particular ênfase aos elementos do Conselho da turma em causa, que efetuassem observações das aulas de Cultura Visual, tendo-se efectuado um total de dez observações. Foram ainda efetuadas duas observações por elementos exteriores ao CED, uma de uma professora da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa e outra de uma mestranda da mesma instituição, com trabalhos na área da surdez. Na última aula do ano foi preenchido pelos alunos um inquérito de satisfação.

Quanto às observações das aulas, estas expressaram globalmente a percepção por parte dos observadores da utilidade da área de Cultura Visual e da importância da imagem e da sua descodificação para os alunos, dando igualmente relevo à utilização adequada das estratégias. Já os alunos expressaram, globalmente, satisfação pelos conteúdos leccionados e metodologias utilizadas. O trabalho em pequeno e grande grupo agradou igualmente à maioria da turma. A maior ênfase foi colocada na referência à identidade surda e às fotonovelas. É de reter a importância que os alunos deram à sua identidade, à LGP e ao seu futuro, como surdos, denotando alguma preocupação relativamente a este aspeto.

A área de Cultura Visual foi validada no Conselho Pedagógico do CED, encontrando-se atualmente perfeitamente inserida no plano de estudos do terceiro ciclo do ensino regular bilingue, abrangendo tanto alunos surdos como ouvintes. No intervalo de tempo entre esta primeira experiência e o presente, foram concretizados inúmeros produtos, desde revistas a animações e filmes, tendo estes últimos permitido o reconhecimento da área fora do CED. O maior exemplo disso mesmo é porventura o filme *GESTO*, o primeiro filme português sobre a realidade dos jovens surdos e as suas expectativas⁷, e que conta com interpretações de vários alunos e professores do CED.

No futuro, é vital não perder de vista a disseminação de práticas que consideramos da maior importância para uma verdadeira inclusão do indivíduo surdo. Para tal é imprescindível não só que o mesmo compreenda a sua cultura e modos de expressão como a afirme, com conhecimento e qualidade de produtos, apropriando-se igualmente da Língua Portuguesa escrita como meio de compreender e atuar sobre a sociedade maioritariamente ouvinte.

Referências bibliográficas

AA.VV, Colectânea de Textos de Apoio, Cadernos 1 e 2, ao Módulo de Desenvolvimento Curricular, Faculdade de Psicologia e de Ciências de Educação, 2005/2006.

⁷ Trailer em http://www.youtube.com/watch?v=TDN1_yPnTeM

- AA.VV. Educação estética e ensino escolar, Publicações Europa América, Lisboa, 1966
- AA.VV. Oxford Handbook of Deaf Studies, Language, and Education, Edited by Marc Marschark and Patrícia Elizabeth Spencer, Oxford, s/d.
- ALLAL, Linda, O Enigma das Competências em Educação, Dotz e Ollanguier, 2004.
- ABISARMA, Nada, “The Benefits of Visual Arts”, American University of Beirut, 1999, www.listserv.buffalo.edu
- AMARAL, Maria Augusta, “Língua Gestual e Leitura em Crianças Surdas – Estudo Experimental de Aplicação de um Modelo Bilingue”, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Departamento de Linguística Geral e Românica, 2002
- BAHIA, Sara, “Da Educação à Arte e Criatividade” Sobredotação, 3 (2), 101-126, 2002
- CALADO, Isabel, A utilização Educativa das Imagens, Porto Editora, 1994
- CARVALHO, Paulo Vaz de, História dos Surdos - no Mundo e em Portugal, Surd’Universo, Lisboa, 2007
- CONSELHO DA EUROPA, Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas, 2001
- DOMINGUES, José Maria Pugiali, “A facilitação da leitura de mundo e de textos escritos através da contação de histórias e da obra de arte”, Fórum nº 14, Instituto Nacional de Surdos, p.23-25. <http://www.ines.org.br/>
- HOFFMAN, Donald D., Visual Intelligence, W.W. Norton & Company, New York, London, 2000.
- KRESS, G., T. van Leeuwen, Reading Images- the Grammar of Visual Design., Routledge, London, 1996
- MIRZOEFF, Nicholas, An introduction to visual culture, Routledge, London 1999.
- PALMINHA, Cristiana, João Trindade, Maria Antonieta Silva, Maria João Costa, Luísa Dauphinet Barros e Sandra Santos, “A Importância da Literacia Visual na Aprendizagem dos Jovens com Necessidades Educativas Especiais”, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, 2006.
- SACKS, Oliver, Vendo Vozes, trad.. Laura Teixeira Mota, Companhia das Letras, S. Paulo, 1998.